

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DAIANE CRISTINA DIONISIO THOMAZINI

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E
IDENTIDADE**

VARGEM ALTA/ES

2024

DAIANE CRISTINA DIONISIO THOMAZINI

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E
IDENTIDADE**

Projeto apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Licenciatura em História.

Orientador (a): Dr. Pablo Gatt

VARGEM ALTA/ES

2024

DAIANE CRISTINA DIONISIO THOMAZINI

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E IDENTIDADE

Projeto apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Licenciatura em História.

Aprovada em de de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor Plablo Gatt
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Orientador

Professor Doutor XXXXX
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Professor Doutor XXXXX
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Professor Doutor XXXXX
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, se desenvolveram para a realização deste trabalho. Primeiramente, obrigado ao meu esposo, pelo amor, apoio incondicional e paciência durante todas as fases desta jornada. Sua presença foi um alicerce fundamental, e sem ele, nada disso seria possível. Aos meus filhos, que me ensinaram, com sua energia e alegria, o verdadeiro significado da perseverança e do amor incondicional, minha eterna gratidão.

Agradeço imensamente ao meu orientador pela orientação e confiança, essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Aos meus pais, pelo apoio emocional e pelos valores que me moldaram. Aos meus amigos, por estarem presentes nos momentos de dúvida e celebração. E aos meus professores, que desenvolvem com seus ensinamentos para meu crescimento acadêmico e pessoal. A todos, meus mais sinceros agradecimentos, pois cada um desempenhou um papel fundamental nesta trajetória.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar a luta pela identidade e a preservação territorial das comunidades quilombolas, com ênfase na comunidade de Pedra Branca, localizada no município de Vargem Alta, Espírito Santo. A pesquisa aborda a importância do território para a manutenção das práticas culturais e sociais dessas comunidades, que enfrentam desafios históricos relacionados à escravidão e à luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Através da análise de fatores históricos, sociais e culturais, o estudo investiga como a memória coletiva e as práticas culturais desempenham um papel essencial na resistência dessas comunidades. Além disso, a monografia explora a relevância da legislação brasileira, como a Constituição de 1988 e o Decreto 4.887/2003, para o reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas. As entrevistas realizadas com membros da comunidade de Pedra Branca revelaram uma forte conexão com a terra, considerada símbolo de resistência e continuidade cultural. A pesquisa também destaca os obstáculos enfrentados pelas comunidades quilombolas, como a burocracia no processo de regularização fundiária e a pressão por disputas territoriais. Por fim, o estudo reforça a necessidade de ações contínuas para garantir o direito à terra e à preservação cultural, como forma de garantir a dignidade e a identidade das comunidades quilombolas, contribuindo para o fortalecimento da cultura afro-brasileira.

Palavras-Chave: Comunidades Quilombolas. Pedra Branca. Identidade Cultural. Resistência. Legislação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PBQ - Programa Brasil Quilombola

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

Introdução	8
1. Contextualização histórica e geográfica das comunidades quilombolas no Brasil ...	11
1.1. A formação dos Quilombos no Brasil	13
1.2 O Quilombo dos Palmares	15
1.3 As comunidades quilombolas no espírito santo: história e importância	17
2 História e cultura da comunidade de Pedra Branca	18
2.1. Formação e desenvolvimento da comunidade de Pedra Branca	18
2.2. Tradições culturais e práticas sociais na comunidade	20
2.3. A economia local: agricultura familiar e sustentabilidade	21
2.4. Desafios e conquistas ao longo dos anos	22
3. Visibilidade e reconhecimento da comunidade quilombola de Pedra Branca	23
3.1. Os desafios do reconhecimento territorial e jurídico	23
3.2. A luta pela preservação cultural em meio à modernização	25
3.3. Estratégias de promoção e divulgação cultural: eventos e mídias	26
3.4. Reflexões sobre a importância da visibilidade e valorização da comunidade	28
Considerações Finais	29
Referências	33

Introdução

A luta pela identidade e pela preservação territorial das comunidades quilombolas no Brasil é uma questão histórica, social e política profundamente enraizada na resistência do povo negro. Em particular, a comunidade quilombola de Pedra Branca, localizada no município de Vargem Alta, Espírito Santo, tem se destacado pela resistência à marginalização e também pela busca incessante pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais. Como afirmam Leite (2000) e Garcia (2007), os quilombos são espaços de resistência que representam a luta pela terra e a preservação da identidade cultural afro-brasileira, que reflete uma história marcada pela opressão e resistência à escravidão.

Primeiramente, segundo Silva (2020), quando uma comunidade negra se confirma como remanescente quilombola e inicia a luta pelo direito de posse legal de seu território, começa-se um processo de identificação. Esse processo envolve a recuperação da memória coletiva do grupo, incluindo os laços genealógicos, a conexão com outros grupos de familiares e comunidades negras, e a afirmação de sua identidade cultural, que abrange práticas como danças, festas e religiosidade.

Além disso, o processo de reconhecimento de identidade tem como objetivo identificar os limites territoriais de uma comunidade e, principalmente, garantir o reconhecimento do direito sobre esse território. A auto-identificação foi viabilizada pela pressão dos remanescentes de quilombo, aliadas à norma internacional estabelecida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que incentivou o Brasil a criar mecanismos legais para o reconhecimento das comunidades quilombolas com base no seu auto-reconhecimento (Silva, 2020, apud Treccani, 2006).

Dessa forma, os autores Santos, Keitel e Rocha (2022) apontam que o acesso ao território é fundamental para garantir os direitos culturais, incluindo a identidade, que se expressa por meio de práticas culturais, como linguagem, festivais, rituais e tradições populares. Essa identidade também está vinculada aos contextos sociopolíticos e históricos de cada sociedade. O reconhecimento da identidade pelo Estado representa um avanço em relação à visão colonialista de identidade única, que inicialmente se aplicou aos indígenas e, mais tarde, aos negros, o que historicamente contribuiu para a homogeneização das diversidades culturais e a destruição das múltiplas sociedades (Santos; Keitel; Rocha, 2022, apud Maldonado-Torres, 2006).

Além disso, Santos, Keitel e Rocha (2022) explicam que a relação de pertencimento dos remanescentes de quilombos vai além dos espaços físicos de moradia e produção, envolvendo também áreas destinadas a festejos, cultos, rituais e outras manifestações culturais. A territorialidade quilombola está intimamente ligada à integração e organização dos moradores, com suas características antropológicas, cuja existência se entrelaça com as identidades étnicas africanas. Destaca-se que o território quilombola remanescente ao período colonial de escravidão, diferenciando-se, portanto, das lutas dos povos indígenas, que têm origem na invasão e colonização, e dos sem-terra, que são resultado da atual concentração fundiária (Santos; Keitel; Rocha, 2022, apud Santos, 2016).

Neste contexto, a história dos quilombos e outras formas de resistência são reflexos da dinâmica colonial que circulou o escravismo como base. A formação histórica, cultural e social do povo negro está profundamente vinculada às experiências de resistência ao sistema escravocrata, que incluem tanto fugas individuais e coletivas, como suicídios, revoltas contra feitores e senhores (que frequentemente resultaram em mortes), recusas no trabalho ou o desempenho de tarefas de maneiras econômicas, além da criação de quilombos e mocambos (Almeida; Nascimento, 2022).

A questão, por exemplo, territorial, continua sendo uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas, e a situação de Pedra Branca não é diferente. De acordo com o INCRA (2017), o processo de regularização de territórios quilombolas no Brasil segue um caminho burocrático e lento, dificultando a consolidação dos direitos territoriais das comunidades. Segundo Almeida e Nascimento (2022), o processo de regulamentação envolve pelo menos cinco etapas: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e, por fim, titulação das terras. Nesse contexto, a participação das comunidades quilombolas é fundamental para a reflexão sobre os processos e debates relacionados às mudanças na questão fundiária no Brasil.

Portanto, para os quilombolas de Pedra Branca, o reconhecimento de sua terra é fundamental para garantir a continuidade de suas tradições e o bem-estar das novas gerações. "A terra é tudo. Sem ela, nossa cultura não sobrevive", afirmam os membros da comunidade, reforçando a ideia de que o território não é apenas um espaço geográfico, mas um símbolo de resistência cultural e histórica (Sampaio, 2019).

De acordo com Almeida e Nascimento (2022), o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 1988) estabelece a titulação das terras das comunidades quilombolas, representando um marco significativo na história agrária do Brasil. A Constituição de 1988 rompe com uma longa tradição de marginalização do povo negro, conferindo visibilidade às comunidades com raízes no passado escravista da nação e nos antigos quilombos. A titulação das terras vai além da questão da sobrevivência, pois também contribui para a preservação de uma história que, por muito tempo, foi ignorada pela historiografia tradicional, a qual geralmente é escrita pelos vencedores.

Além disso, como aponta Oliveira (2011), a vivência quilombola está intimamente ligada ao enfrentamento de desafios contemporâneos, como a pressão pela exploração das terras e a erosão de suas tradições culturais. A luta pelo reconhecimento jurídico e a valorização das práticas culturais, como a dança do Caxambu, simboliza a força dessas comunidades em resistir aos processos de aculturação e negação de sua identidade. Segundo Silva (2012), a memória coletiva das comunidades quilombolas desempenha um papel crucial na construção de uma identidade de resistência, sendo a cultura um instrumento de reinvenção e fortalecimento frente às adversidades.

Nessa perspectiva, Almeida e Nascimento (2022), citando Moura (1993), afirma que os quilombos, ao longo de sua história, não apenas destruíram o sistema escravista, mas o atingiram diretamente no seu núcleo, impactando as forças produtivas e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que exemplificava a possibilidade de uma organização composta por homens livres. Os quilombos, portanto, não se limitaram à escravidão, mas transcenderam esse contexto, permanecendo como espaços de memória, tradição e modos de produção que desafiam o modelo econômico dominante nas zonas rurais e urbanas do Brasil. Apesar de a organização dos quilombos contemporâneos ser diferente da do passado, no século XXI, o quilombo continua sendo um específico multifacetado, que varia conforme a localidade, mas mantém-se fiel à sua essência de reconhecimento da identidade negra.

Por fim, a preservação da cultura quilombola e sua organização estão diretamente ligadas ao uso do território. O direito legal à terra onde seus antepassados começaram a escrever sua história é essencial para essa manutenção. O território das

comunidades quilombolas é usufruído de forma coletiva, ou seja, pode ser usado por toda uma família ou pelos membros da comunidade.

O uso do território pelos quilombolas é distinto do uso dos fazendeiros, posseiros, colonos, dentre outros, por não apresentar o caráter da particularidade, do privado, do exclusivo, mas, sobretudo, por destinar-se à reprodução de seu modo de vida e não ao lucro ou acumulação de capital. As comunidades remanescentes de quilombo possuem uma relação com a terra que transcende a mera questão produtiva (...) é mais do que um bem econômico (...) A partir da terra se relacionam relações sociais, econômicas, culturais e são transmitidas bens materiais e imateriais (Silva, 2020 apud Brasil, 1988, p. 5).

Portanto, a comunidade de Pedra Branca, ao buscar não apenas o reconhecimento de suas terras, mas também a preservação de sua cultura, se insere num contexto mais amplo de resistência quilombola no Espírito Santo e no Brasil. Como afirma Silva (2009), as lutas e os sonhos dessas comunidades revelam um processo contínuo de afirmação de identidade e territorialidade, que transcende as fronteiras do passado e se projeta para o futuro, na busca de garantir aos seus membros o direito à dignidade e à memória. Assim, a história de Pedra Branca é uma história de luta, mas também de afirmação da cultura afro-brasileira, que se renova a cada geração.

1. Contextualização histórica e geográfica das comunidades quilombolas no Brasil

A formação e o desenvolvimento das comunidades quilombolas no Brasil estão profundamente enraizados na história de resistência à escravidão e à opressão racial. O mais emblemático exemplo desse movimento de resistência foi o Quilombo de Palmares, que, conforme destacado por autores como Moura (1989), simboliza a maior manifestação de rebeldia contra o regime escravista na América Latina. Palmares, conhecido como uma "república de homens livres", opôs-se ao sistema escravista, tornando-se um ícone de liberdade e resistência (Souza, 2019).

O conceito de território quilombola transcende a mera delimitação de terras físicas. De acordo com o Decreto 4.887/2003, esses territórios são entendidos como áreas ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas e são fundamentais para a reprodução física, social, econômica e cultural dessas

comunidades. Essa concepção vai além da ocupação atual e inclui a bagagem histórica, cultural e simbólica que esses grupos humanos construíram ao longo do tempo. O território, portanto, é visto como um ente dinâmico, resultado da interação contínua de uma comunidade com a terra, marcada por significados culturais e ideológicos específicos (Incra, 2017).

A partir da Constituição Federal de 1988, houve um avanço significativo na luta pelo reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias assegura a propriedade definitiva das terras ocupadas por essas comunidades, estabelecendo um marco legal para a titulação e proteção dos territórios quilombolas. Este artigo trouxe à tona debates políticos e sociais, pavimentando o caminho para novas políticas de reconhecimento, especialmente no que se refere aos direitos territoriais de comunidades historicamente marginalizadas (Leite, 2000).

Esse reconhecimento legal das comunidades quilombolas foi um passo importante, mas sua efetivação exigiu ações concretas. Foi a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que a pauta quilombola ganhou força institucional. O governo federal implementou uma série de medidas, como decretos, portarias, programas e o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, visando garantir direitos a essas comunidades. O Programa Brasil Quilombola (PBQ), lançado em 2004, foi uma das principais iniciativas nesse sentido, estruturado em quatro eixos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, além de direitos e cidadania (Souza, 2019).

Esse avanço nas políticas públicas trouxe melhorias no reconhecimento e na proteção dos territórios quilombolas. O Artigo 68 da Constituição foi, e ainda é, uma vitória significativa para os descendentes das comunidades quilombolas, consolidando a luta pelo direito à terra e pela preservação de suas tradições culturais. O desafio, entretanto, permanece na implementação e concretização efetiva desses direitos, já que, embora o reconhecimento formal tenha sido alcançado, a titulação e proteção dessas terras ainda enfrenta inúmeros obstáculos na prática, como a burocracia, os conflitos fundiários e a falta de vontade política em alguns contextos regionais (Silva; Silva, 2014).

A luta pela efetivação dos direitos quilombolas reflete uma trajetória histórica marcada por resistência e persistência, desde a época colonial até os dias atuais. Além de simbolizarem a oposição ao sistema escravocrata, os quilombos continuam

sendo espaços de reprodução cultural e identitária, onde práticas ancestrais, valores e tradições são preservados e transmitidos de geração em geração. O movimento quilombola atual não apenas reivindica o reconhecimento de seus direitos territoriais, mas também exige uma sociedade mais justa e inclusiva, que valorize e respeite a diversidade cultural e histórica que essas comunidades representam.

Essas comunidades, com sua relação simbiótica com o território, desempenham um papel crucial na preservação de tradições culturais e no enfrentamento das desigualdades estruturais que ainda permeiam a sociedade brasileira. Portanto, a preservação e o fortalecimento dos territórios quilombolas são fundamentais não apenas para a justiça social e reparação histórica, mas também para a valorização da diversidade étnica e cultural do Brasil.

1.1. A formação dos Quilombos no Brasil

A formação dos quilombos no Brasil está diretamente ligada ao contexto da diáspora africana e ao sistema escravista que vigorou no país por mais de três séculos. A chegada forçada de africanos ao território brasileiro foi marcada pela brutalidade e desumanidade. Capturados em várias regiões da África, os negros eram arrancados de suas comunidades, transportados em condições sub-humanas nos navios negreiros e forçados a trabalhar em diversas atividades sob o regime da escravidão. No Brasil, eles foram distribuídos tanto no campo quanto nas cidades, realizando trabalhos pesados nos engenhos, minas, lavouras, criação de gado e também em serviços domésticos (Silva; Silva, 2014).

A estrutura colonial brasileira foi erguida sob a exploração dos recursos naturais e dos povos indígenas e africanos. As terras, inicialmente denominadas Pindorama pelos povos originários, foram apropriadas pelos colonizadores europeus que instituíram um regime baseado na dominação e exploração intensiva. Os indígenas e negros escravizados eram vistos como seres inferiores, legitimando sua exploração e consumo (Silva, 2012). Esse processo de colonização e escravidão, no entanto, encontrou resistência entre os escravizados, que buscaram diversas formas de subversão ao sistema opressor.

A resistência ao sistema escravista manifestou-se tanto individualmente quanto coletivamente. Muitos escravizados fugiam das propriedades e encontravam refúgio em comunidades chamadas de quilombos. Esses quilombos, conforme descrito por Vainfas, eram formados por grupos de escravizados que se organizavam e

fortificavam com o objetivo de se defender e recomeçar a vida em liberdade. A palavra "quilombo" tem origem no termo banto que significa "acampamento" ou "fortaleza", e foi usada pelos portugueses para designar os assentamentos formados por escravos fugitivos (Silva; Silva, 2014 apud Vainfas, 2000).

Os quilombos não seguiam um modelo homogêneo; variavam em tamanho, população e organização. Alguns eram compostos por pequenos grupos, enquanto outros, como o Quilombo dos Palmares, alcançavam grandes dimensões e complexidade. Além das fugas, a formação dessas comunidades ocorreu de diferentes formas, como a conquista de terras por herança, doação, compra, ou pelo simples fato de permanecerem nas terras que já ocupavam e cultivavam dentro de grandes propriedades (Silva; Silva, 2014 apud Trindade; Silva, 2022). Esse processo de criação dos quilombos, em essência, simbolizava uma transição da condição de escravo para a de um camponês livre.

Após a abolição da escravatura em 1888, a formação de novas comunidades quilombolas continuou. Para muitos negros, o quilombo era a única possibilidade de viver em liberdade em um espaço onde suas tradições e culturas eram respeitadas e preservadas. As comunidades quilombolas surgiram não apenas como uma forma de sobrevivência, mas também como um refúgio cultural e uma estratégia de resistência à marginalização social. Esses territórios tornaram-se locais de preservação da dignidade e identidade dos negros, garantindo-lhes a oportunidade de manter suas tradições, crenças e modos de vida intactos (Silva, 2009).

A luta pela autonomia e liberdade, simbolizada pela formação dos quilombos, foi, portanto, um movimento de resistência fundamental para a sobrevivência e manutenção da cultura negra no Brasil. Quilombos como Palmares e outros menores desempenharam um papel essencial no contexto da escravidão, oferecendo um contraponto ao sistema opressor e abrindo espaço para a construção de uma sociedade onde a dignidade e os valores culturais das populações negras pudessem florescer. O quilombo, além de um espaço físico de liberdade, era também uma expressão de resistência e afirmação identitária, que se perpetua até os dias de hoje nas comunidades quilombolas contemporâneas.

Assim, a formação dos quilombos no Brasil reflete a resiliência e a resistência dos negros escravizados frente a um sistema violento e desumano. A criação desses territórios, apesar de diversa em formas e contextos, foi uma resposta ao sistema opressor, na busca pela conquista da autonomia e pela preservação cultural. Mesmo

após a abolição, as comunidades quilombolas continuaram a ser fundamentais para a manutenção das tradições e para a luta por direitos, representando uma das maiores expressões de resistência no Brasil colonial e contemporâneo.

1.2 O Quilombo dos Palmares

O Quilombo dos Palmares é uma das mais importantes expressões de resistência à escravidão na história do Brasil, sendo reconhecido como um símbolo de luta e liberdade para os negros escravizados. Seu nome tem origem na vegetação abundante de palmeiras que cobria a região, estendendo-se desde o Rio São Francisco, em Alagoas, até o Sertão do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, numa área de cerca de 350 km (Lima, 2008). Formado por diversas comunidades mocambeiras, pequenas e médias cidadelas, o principal núcleo de Palmares estava localizado na atual Serra da Barriga, em União dos Palmares, que na época pertencia à Capitania de Pernambuco (Lima, 2008).

A formação de Palmares, no século XVII, envolveu uma grande diversidade étnica e social, com a participação predominante de negros escravizados que fugiam das fazendas, mas também com a presença de indígenas em migração, brancos pobres e mestiços que se rebelavam contra a opressão do sistema colonial (LIMA, 2008). Esse quilombo cresceu rapidamente, tornando-se um ponto de referência para os escravizados que buscavam liberdade. Mais do que uma simples comunidade de fugitivos, Palmares tornou-se uma organização complexa, autônoma e militarmente estruturada, capaz de resistir por quase um século às investidas das forças coloniais.

O Quilombo dos Palmares rapidamente se destacou como a maior e mais duradoura resistência contra o regime escravocrata no Brasil, preocupando seriamente as autoridades coloniais. A resistência e a organização de Palmares inspiraram outros movimentos de quilombos pelo país, influenciando a legislação escravista da época, que passou a endurecer as medidas contra os escravizados fugitivos e os quilombos (Silva; Silva, 2014 apud Gomes, 2006). Além disso, a memória de Palmares permaneceu viva, servindo como um exemplo de luta por liberdade que marcou profundamente a sociedade escravista brasileira.

O Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, apresentava uma forte organização social e militar. Os relatos históricos indicam que o local era uma verdadeira fortaleza. Palmares contava com muralhas de três metros de altura, protegidas por portões e armadilhas, além de sentinelas armados que vigiavam a

entrada dia e noite (Vadala, 2020). Essa estrutura defensiva complexa fazia de Palmares um local praticamente inacessível, protegendo seus habitantes dos ataques constantes das forças coloniais, que, financiadas pelos senhores de engenho e pelo governo de Pernambuco, organizavam expedições para destruir o quilombo (Vadala, 2020).

A liderança em Palmares também teve um papel crucial em sua resistência. Inicialmente, Ganga Zumba foi o líder principal, mas, após seu acordo com o governo colonial de Pernambuco, que prometia liberdade a alguns quilombolas em troca da submissão, Zumbi, um dos comandantes militares de Palmares, assumiu a liderança. Zumbi discordava do acordo feito por Ganga Zumba, acreditando que a liberdade deveria ser plena e não negociada. Assim, ele se rebelou, tomou o controle do Quilombo e reorganizou a defesa, reforçando ainda mais as fortificações e estabelecendo uma estrutura militar rigorosa para proteger o território (Vadala, 2020). Sob sua liderança, Palmares transformou-se em uma verdadeira fortaleza, com um exército ampliado e estratégias de espionagem que visavam monitorar as ações das forças coloniais e antecipar seus ataques.

No entanto, apesar da força e resistência, Palmares acabou sucumbindo. No final do século XVII, as expedições coloniais, lideradas por bandeirantes como Domingos Jorge Velho, conseguiram destruir o Quilombo. Zumbi foi capturado e executado, e sua cabeça foi exposta publicamente como uma mensagem de advertência aos outros escravizados, reforçando a dominação colonial e o regime escravocrata (Silva; Silva, 2014 apud Funari, 1996). A destruição de Palmares marcou o fim de um dos maiores símbolos de resistência à escravidão no Brasil, mas não pôs fim à luta dos quilombolas.

Mesmo com a queda de Palmares, a resistência quilombola continuou. Muitos outros quilombos sobreviveram às investidas coloniais e seguiram lutando por liberdade, mesmo após a abolição da escravidão em 1888. Essas comunidades, entretanto, continuaram marginalizadas e excluídas dos direitos básicos, mantendo sua luta por reconhecimento e inclusão social (Silva; Silva, 2014).

O legado de Palmares vai além de sua destruição física. A resistência dos quilombolas representa a luta pela dignidade, autonomia e preservação cultural. Hoje, as comunidades quilombolas que ainda existem são herdeiras diretas desse movimento de resistência, e seu reconhecimento oficial, conforme estabelecido pela Constituição de 1988, é uma tentativa de reparar parte da injustiça histórica vivida por

essas populações. Palmares continua a ser um símbolo poderoso de luta e liberdade para o povo negro no Brasil.

1.3 As comunidades quilombolas no espírito santo: história e importância

As comunidades quilombolas no Espírito Santo têm uma história rica e de grande importância para a preservação da cultura e identidade afro-brasileira. Estima-se que existam 87 localidades quilombolas distribuídas em 28 municípios do estado, sendo que Conceição da Barra e São Mateus possuem o maior número de comunidades (Miranda, 2023). Essas comunidades surgiram como resultado da resistência dos negros à escravidão e da luta por liberdade e autonomia, que atravessou os séculos e persiste até os dias de hoje.

Os primeiros relatos sobre quilombos no Espírito Santo datam do início do século XIX. Entre 1814 e 1817, o viajante Maximiliano Wied-Nowied registrou a existência de uma organização autônoma de ex-escravizados nas fazendas do Campo e Engenho Velho, próximas à então Vila de Guarapari. Após a morte do proprietário das fazendas, os escravizados se revoltaram, reduziram sua carga de trabalho e passaram a se considerar livres, recusando qualquer nova ordem administrativa. Esta comunidade chegou a ser chamada de "República Negra", com cerca de 600 membros, marcando um exemplo inicial de resistência e organização dos negros que fugiam do sistema escravista (Oliveira, 2011).

Além dessa comunidade, o viajante também fez referência a outros grupos de negros independentes que viviam nos sertões de Guarapari, denominados "escravos do mato" ou "negros do mato". O termo "fazer mato" foi utilizado ao longo do século XIX pela polícia e pelas autoridades da província para descrever os quilombolas, como no caso de Antônio do Mato, um líder quilombola no então distrito de Cariacica, mencionado em documentos de 1847 e 1848 (Ibid.).

A resistência quilombola não se limitava à fuga e formação de comunidades autônomas. Existiam também redes de comércio entre os "escravos do mato" e a população livre, embora esse tipo de interação fosse proibido pela polícia. Oliveira (2011) apud Marinato (2006), relata um episódio em que um homem livre foi preso por se recusar a revelar o paradeiro de um quilombo com o qual mantinha relações comerciais. Esses registros demonstram a existência de uma rede de interações sociais e econômicas que envolvia tanto os quilombolas quanto as comunidades

vizinhas, evidenciando a importância desses grupos na dinâmica social do Espírito Santo.

Outro ponto relevante na história quilombola no Espírito Santo foi a preservação das tradições culturais africanas, como o toque dos tambores. Maximiliano Wied-Nowowied também mencionou a presença de tambores nas fazendas da região, onde negros escravizados mantinham suas vestimentas e crenças africanas. Esse uso dos tambores é um dos primeiros registros de práticas que mais tarde se consolidariam em cultos religiosos afro-brasileiros, como a cabula, e em manifestações culturais como o jongo e o caxambu, que são preservados até hoje nas comunidades quilombolas do Espírito Santo (Oliveira, 2011).

A importância das comunidades quilombolas no Espírito Santo é reforçada pelo Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Quilombola do Linharinho, em Conceição da Barra, que destaca o papel ativo dos quilombolas na história de resistência à escravidão no estado. Embora as populações negras tenham sido inseridas na economia colonial principalmente como mão de obra, elas também se rebelaram e formaram núcleos autônomos ao longo de todo o período colonial. A formação desses quilombos não foi um fenômeno isolado, mas parte integrante da dinâmica de resistência dos negros escravizados em todo o Brasil (Garcia, 2007).

Os quilombos no Espírito Santo representam a luta por liberdade e a preservação de uma identidade cultural que resistiu às investidas coloniais e à marginalização pós-abolição. Embora tenham sido duramente perseguidos, muitos quilombos sobreviveram e suas comunidades se mantêm até hoje, preservando a memória e a cultura afro-brasileira. Essas comunidades são fundamentais para a compreensão da história do estado e do país, pois evidenciam como a resistência quilombola desempenhou um papel crucial na construção de uma identidade afro-brasileira que perdura até os dias atuais.

2 História e cultura da comunidade de Pedra Branca

2.1. Formação e desenvolvimento da comunidade de Pedra Branca

A formação da Comunidade Quilombola de Pedra Branca, localizada em Vargem Alta, Espírito Santo, remonta ao período colonial, quando a região era dominada por grandes fazendas que utilizavam mão de obra escravizada para o cultivo de cana-de-açúcar e a produção de cachaça. As três principais fazendas da

região — a Fazenda São Pedro, a Fazenda Santo Antônio e a Fazenda Pedra Branca — foram estabelecimentos onde negros escravizados desempenhavam papéis centrais na economia agrícola local. Essas fazendas constituíram o núcleo inicial da ocupação da região que mais tarde se tornaria a comunidade quilombola de Pedra Branca (Sampaio, 2019).

Após a abolição da escravidão, os descendentes desses escravizados encontraram-se em terras, que com o tempo foram transformadas em pequenas propriedades familiares. Os relatos orais, transmitidos de geração em geração, especialmente pelos moradores mais antigos como Luiz Gama, apontam para uma forte ligação com essas fazendas. A Fazenda São Pedro, por exemplo, é mencionada como o local onde Rosária da Silva, bisavó de Luiz Gama, foi escravizada (Sampaio, 2019). A ligação com essas terras e a herança histórica de seus habitantes foram fundamentais para a consolidação da identidade coletiva da comunidade.

A transformação do nome da comunidade também reflete sua evolução histórica. Originalmente conhecido como São Pedro, devido à Fazenda São Pedro, o território passou a ser chamado de Fazenda Pedra Branca em razão das pedreiras de mármore que foram exploradas na região. As formações rochosas de mármore branco, que se destacam na paisagem, deram nome à comunidade e influenciaram sua economia local (Sampaio, 2019).

O reconhecimento oficial como comunidade quilombola aconteceu em 9 de dezembro de 2010, quando a Fundação Cultural Palmares emitiu a Certidão de Reconhecimento. Esse processo de formalização foi longo e moderno uma organização interna da comunidade, envolvendo a mobilização dos moradores e o fortalecimento de suas práticas culturais e sociais. A certificação marcou um ponto importante na luta pela preservação de seus direitos territoriais e culturais. A partir de então, Pedra Branca passou a fazer parte das 42 comunidades remanescentes de quilombos certificadas no Espírito Santo (Sampaio, 2019).

Geograficamente, a comunidade se encontra em uma área rural cercada por montanhas, florestas e plantações de café, e é cortada por um rio que percorre toda a sua extensão. Essa localização, além de moldar o modo de vida dos moradores, define como atividades econômicas e culturais da comunidade, como a agricultura familiar e o isolamento de mármore, que são fontes importantes de renda (Sampaio, 2019).

A partir do desenvolvimento da comunidade, Pedra Branca se consolidou como um local de resistência cultural e social, onde a herança africana e as práticas quilombolas continuam a moldar a identidade coletiva de seus moradores.

2.2. Tradições culturais e práticas sociais na comunidade

As tradições culturais da Comunidade Quilombola de Pedra Branca são uma parte essencial da identidade quilombola. Entre essas tradições, destaca-se a dança do Caxambu, uma expressão cultural afro-brasileira que foi esquecida por algum tempo, mas que foi revitalizada nos últimos anos. O Caxambu é uma dança e um ritmo tradicional, de origem africana, que combina música, canto e dança em uma celebração coletiva. Esse resgate cultural foi impulsionado por um projeto desenvolvido pela professora Antonieta de Barros em 2013, que recuperou a história oral dos moradores mais antigos e trouxe de volta à vida essa importante tradição (Sampaio, 2019).

A revitalização do Caxambu teve um impacto profundo na comunidade. Embora a tradição tenha sido preservada apenas na memória dos mais velhos, o projeto liderado por Antonieta de Barros possibilitou que as gerações mais jovens conhecessem e praticassem a dança. Atualmente, o Caxambu é reunido por um grupo de mulheres da comunidade, que se reúne para dançar e cantar, mantendo viva a herança afro-brasileira de Pedra Branca. Esse processo de resgate cultural não só fortaleceu a identidade quilombola, como também deu visibilidade às tradições africanas no contexto da cultura local (Sampaio, 2019).

Além do Caxambu, a religião desempenha um papel central na vida social da comunidade. O catolicismo é uma religião predominante, com a igreja local sendo o ponto de encontro para celebrações dominicais, festas religiosas e outros ritos que marcam o calendário religioso da comunidade. Festividades em honra ao santo padroeiro da comunidade são eventos de grande importância, envolvendo todos os moradores e fortalecendo os laços sociais e culturais (Sampaio, 2019).

No entanto, há também uma diversidade religiosa dentro da comunidade, com a presença de uma igreja evangélica e um centro espírita. Embora a frequência à igreja evangélica seja menor, há moradores que optam por visitar outras lojas localizadas no centro do município de Vargem Alta. O espiritismo, embora presente, enfrenta desafios em termos de limitações, pois há certa dificuldade em proteger essa prática religiosa como parte da herança afro-brasileira da comunidade, o que reflete

um processo histórico de invisibilização das religiões de matriz africana (Sampaio, 2019).

Essas práticas culturais e sociais formam um mosaico que integra tradições africanas e brasileiras, marcadas pela resistência e pela luta por reconhecimento. A preservação dessas tradições, mesmo frente às adversidades e à modernização, é um símbolo de resiliência e força coletiva, características que moldam a comunidade quilombola de Pedra Branca.

2.3. A economia local: agricultura familiar e sustentabilidade

A economia da Comunidade Quilombola de Pedra Branca baseia-se principalmente na agricultura familiar, um modelo de produção que tem sustentado famílias locais por gerações. As principais culturas agrícolas da região incluem o café, além de frutas e hortaliças, que são cultivadas em pequenas propriedades de caráter familiar. A produção agrícola é essencial para a subsistência da comunidade e representa uma importante fonte de renda para muitas famílias (Sampaio, 2019).

Além da agricultura, a comunidade é conhecida pela degradação do mármore, uma atividade que está profundamente ligada às formações geológicas únicas da região, com suas grandes pedras de mármore branco. A exploração dessas pedreiras gera emprego e renda, desempenhando um papel crucial na economia local. No entanto, esta atividade também levanta questões sobre a sustentabilidade ambiental, uma vez que a remoção do mármore pode causar impactos prejudiciais no ecossistema (Sampaio, 2019).

Embora a agricultura familiar e a proteção de mármore sejam atividades fundamentais para a economia local, a sustentabilidade dessa economia enfrenta desafios significativos. Grande parte das terras da comunidade é arrendada por produtores externos, o que limita a autonomia dos quilombolas. Essa prática de locação forçou muitas famílias a trabalharem como empregadas em terras que pertencem historicamente a seus ancestrais. Isso gera uma situação de dependência econômica e impede que a comunidade explore plenamente o potencial de suas terras (Sampaio, 2019).

A agricultura, por sua vez, enfrenta os desafios da mecanização e da modernização do setor tecnológico agrícola, o que exige maiores investimentos em práticas agrícolas sustentáveis para garantir a competitividade no mercado. A comunidade busca maneiras de equilibrar a necessidade de gerar renda com a

preservação dos recursos naturais e a manutenção de suas tradições agrícolas (Sampaio, 2019).

A busca por soluções sustentáveis é um tema recorrente nas discussões internacionais da comunidade, especialmente em relação ao impacto ambiental das pedreiras e à necessidade de práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente. No entanto, a falta de acesso a recursos financeiros e apoio técnico adequado dificulta a implementação de projetos sustentáveis em larga escala.

2.4. Desafios e conquistas ao longo dos anos

Ao longo de sua história, a comunidade quilombola de Pedra Branca tem enfrentado uma série de desafios relacionados à economia, território e preservação cultural. A luta pelo reconhecimento territorial foi uma das principais batalhas da comunidade, culminando com a obtenção da Certidão Quilombola em 2010, um marco que garantiu o reconhecimento oficial de Pedra Branca como uma comunidade remanescente de quilombo. Esse reconhecimento permitiu que a comunidade tivesse acesso a políticas públicas externas para quilombolas, como programas de apoio ao desenvolvimento rural e à preservação cultural (Sampaio, 2019).

No entanto, os desafios econômicos continuam sendo um obstáculo significativo. A dependência de terras arrendadas para produtores externos limita a capacidade da comunidade para garantir sua autonomia econômica. Além disso, a exploração do mármore, embora seja uma fonte importante de empregos, traz preocupações ambientais que podem comprometer a sustentabilidade a longo prazo (Sampaio, 2019).

Outro desafio enfrentado pela comunidade é a preservação de sua identidade cultural em meio às pressões da modernização e da urbanização. Embora o resgate de tradições como o Caxambu tenha sido uma conquista importante, a manutenção dessas práticas culturais enfrenta a competição com influências externas e a falta de apoio institucional adequado. As novas gerações, por vezes, encontram dificuldades em conciliar as demandas da vida moderna com as tradições culturais da comunidade (Sampaio, 2019).

Apesar desses desafios, a comunidade de Pedra Branca tem vitórias significativas no campo educacional e cultural. A implementação de projetos apresentados para a inclusão da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar, bem como o fortalecimento de práticas culturais como o Caxambu, têm sido

instrumentos poderosos na preservação e promoção da identidade quilombola. Esses esforços para que a comunidade mantenha viva sua memória e suas tradições, resistindo às forças de invisibilização histórica (Sampaio, 2019).

A trajetória da comunidade de Pedra Branca reflete uma história de luta e resiliência, marcada por desafios econômicos, sociais e culturais, mas também por conquistas importantes na preservação de seu território e identidade. Ao longo dos anos, a comunidade continua a buscar formas de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação de suas tradições e sua conexão profunda com o território ancestral.

3. Visibilidade e reconhecimento da comunidade quilombola de Pedra Branca

3.1. Os desafios do reconhecimento territorial e jurídico

A luta pelo reconhecimento territorial e jurídico da comunidade quilombola de Pedra Branca é uma narrativa marcada por resistência, organização coletiva e desafios contínuos. Situada em Vargem Alta, Espírito Santo, a comunidade encontrou, ao longo dos anos, inúmeras barreiras para garantir a titularidade de suas terras e a preservação de sua identidade. A conquista da Certidão Quilombola em 2010, emitida pela Fundação Cultural Palmares, foi um marco importante, mas não cerrou a luta por justiça e autonomia territorial.

Para os moradores, a busca pelo reconhecimento pelo jurídico representou uma batalha tanto externa quanto interna, enfrentando preconceitos históricos e resistências locais. Dona D. relembra o início do processo: "Quando começamos a falar sobre o reconhecimento da comunidade, muita gente não acreditava. Diziam que não tinha importância, que era coisa de gente 'do passado'. Mas nós sabíamos que, sem isso, não teríamos como lutar pelas nossas terras. Quando recebemos a certidão quilombola, foi um rompimento, mas não foi o fim da luta. Ainda enfrentamos dificuldades para manter nossas terras livres de arrendamento e de pressão de quem só quer explorar nossas riquezas, como o mármore, mas não podemos desistir."

A memória coletiva da comunidade também é permeada por histórias de medo e incerteza em relação ao reconhecimento. Dona G. registrou como a organização foi solicitada: "Eu me lembro das reuniões no salão da igreja. Era organizada em todo o mundo, porque as pessoas tinham medo. Medo de perder o pouco que tinham. Muitos encontraram que reivindicar o reconhecimento difícil iria trazer problemas. Mas como

não lutar por algo que é nosso? Essa terra foi de nossos antepassados, que deram a vida por ela. Ainda hoje enfrentamos desafios, porque os documentos não garantem que as pessoas respeitem nossos direitos, estamos cuidando da nossa história."

Mesmo com o reconhecimento formal, a comunidade continua enfrentando estresse externo, como a locação de terras e a exploração do mármore, que ameaçam tanto o equilíbrio ambiental quanto a autonomia econômica. O senhor D. enfatiza a conexão histórica com o território: "Meu pai sempre dizia: 'Essas terras têm o suor e o sangue dos nossos'. Eu cresci ouvindo isso, e é por isso que nunca aceitei a ideia de que alguém poderia tirar o que nos pertence. O maior desafio foi mostrar que tínhamos direito, que éramos quilombolas de fato, hoje o desafio continua porque, mesmo com o reconhecimento, falta o respeito."

O sentimento de pertencimento ao território é profundo entre os moradores mais antigos, como expresso dona A., matriarca da comunidade: "Eu já vivi muita coisa nesta terra. Vi nossos pais e avós trabalhando dia e pouco, criando os filhos no que tinha. Quando a gente começou a falar sobre o reconhecimento quilombola, o meu coração se encheu de esperança, mas sabia que não seria fácil, o reconhecimento, mas me entristece ver que tem tanta gente de querer explorar o que é nosso."

A luta pelo reconhecimento não é apenas territorial, mas também cultural. O grupo de Caxambu "Fé, Raça em um Só Coração" desempenha um papel central na preservação da memória coletiva e na visibilidade da comunidade. A senhora M. reflete sobre a importância dessa manifestação cultural: "Para mim, o reconhecimento foi um ato de justiça, mas também uma responsabilidade. Temos que lutar todos os dias para mostrar que somos quilombolas, que essas terras têm história e significado. Eu faço parte do grupo de Caxambu, e a gente usa a música para contar nossa história e manter viva a memória do que conhecemos. Mas às vezes parece que o mundo não quer nos seguir firmes, porque sabemos que nossa luta é maior do que nós mesmos. É pelo futuro dos nossos filhos."

O Caxambu, além de ser uma celebração, tornou-se um símbolo de resistência e unidade da comunidade. O grupo reflete sobre o papel dessa tradição na luta territorial: "Quando nos reunimos para dançar e cantar, não estamos apenas comemorando, estamos lutando. O Caxambu é uma forma de resistência, uma forma de dizer que estamos aqui, que temos uma história e que não vamos abrir mão dela. Cada passo da dança, cada batida do tambor, é um grito por justiça, aluta pelo

reconhecimento das nossas terras é a mesma luta que nossos ancestrais enfrentaram.

Portanto, a conquista do reconhecimento territorial e jurídico é um capítulo importante, mas ainda incompleto na história da comunidade. Além das questões burocráticas e legais, há uma necessidade urgente de garantir que as terras sejam respeitadas como parte do patrimônio ancestral e cultural da comunidade, permitindo que as futuras gerações mantenham viva essa conexão histórica.

3.2. A luta pela preservação cultural em meio à modernização

A preservação cultural da Comunidade enfrenta desafios significativos em um contexto de crescente modernização e influências externas. Entre o avanço das tecnologias, a urbanização e a busca pelas melhores condições econômicas, a comunidade precisa encontrar maneiras de manter vivas suas tradições culturais, enquanto se adapta às novas realidades. Essa dualidade, vivida intensamente pelos moradores, reflete-se em suas histórias e esforços para preservar práticas ancestrais, como a dança do Caxambu e os saberes tradicionais, que moldam a identidade quilombola.

Dona D., uma das líderes comunitárias, fala sobre o impacto da modernização: "Hoje em dia, a gente vê os jovens com a cabeça no celular, olhando pra fora querendo coisas que vêm de longe. Eu entendo que o mundo está mudando, mas não podemos esquecer de onde viemos. O caxambu, por exemplo, é uma parte da nossa história, da nossa força como povo."

A dança do Caxambu, divulgada por projetos culturais recentes, tornou-se um símbolo da luta pela preservação cultural. Dona G. destaca como a prática cultural é essencial para fortalecer a identidade da comunidade: "Teve um tempo em que quase ninguém dançava o caxambu. As crianças nem sabiam o que era. Quando resgatamos essa tradição, foi como se estivéssemos recuperando um pedaço de nós mesmos. Hoje, mesmo com as mudanças, é emocionante ver os jovens aprendendo, dançando, sentindo o que nossos antepassados sentiram."

Por outro lado, a modernização também trouxe novas dificuldades para equilibrar o tradicional com o contemporâneo. Senhor D. reflete sobre as pressões externas: "A gente quer que nossos filhos tenham estudo, oportunidade, mas sem esquecer da nossa raiz. O mundo moderno, às vezes, tenta empurrar coisas que não

são nossas, que tiram a atenção daquilo que nos sustentamos. Se não cuidarmos, daqui a pouco, nossa cultura vira só história no papel."

As práticas religiosas da comunidade, que também integram sua cultura, enfrentam o impacto da diversidade religiosa e das mudanças sociais. Dona A. expressou sua preocupação: "Quando eu era menina, a religião era parte de tudo na nossa vida. Hoje, as coisas mudaram, as coisas novas chegam e, às vezes, aparentemente querer apagar o que é nosso. Não tenho nada contra as mudanças, mas é preciso respeitar o que sempre foi parte de quem somos nosso caxambu, nossas orações, são a nossa ligação com os nossos antepassados.

O papel das mulheres do grupo de Caxambu "Fé, Raça em um Só Coração" é crucial para manter a memória viva e resistir à modernização que ameaça apagar a história da comunidade. A senhora M. fala sobre a missão do grupo: "Quando estamos dançando, a gente está dizendo ao mundo que estamos aqui, que nossa história é importante. A modernização traz coisas boas, mas também tenta levar a gente para longe de nossas raízes. Nosso trabalho é lembrar a todos, especialmente aos jovens, que modernizar não significa esquecer."

O grupo de caxambu não é apenas uma manifestação cultural é uma estratégia de resistência. Seus membros enfatizam que cada apresentação é uma oportunidade de fortalecer a conexão entre passado, presente e futuro. Eles declaram: "Quando estamos juntos, estamos criando pontes entre gerações. O mundo pode mudar, mas enquanto estivermos cantando e dançando, nossa cultura estará viva. Isso é mais que arte, é a nossa alma."

A luta pela preservação cultural em Pedra Branca é bem mais do que um esforço individual, é um compromisso coletivo com a identidade quilombola. Em meio às demandas de um mundo em constante transformação, a comunidade continuando formas de equilibrar tradição e modernidade.

3.3. Estratégias de promoção e divulgação cultural: eventos e mídias

A promoção da cultura da em Pedra Branca tem sido essencial para fortalecer sua identidade e aumentar sua visibilidade em um contexto marcado por desafios sociais e econômicos. Estratégias como a realização de eventos culturais e o uso de mídias digitais emergem como formas poderosas de divulgar e preservar tradições, como a dança do caxambu, e estimular a luta por reconhecimento e respeito.

Os eventos comunitários têm sido uma das principais ferramentas de divulgação. Festas locais, apresentações de dança e celebrações religiosas são o que atraem os moradores, pessoas de fora e interessadas em conhecer e valorizar a riqueza cultural da comunidade. Dona D. comenta sobre a importância desses eventos: "Quando organizamos as festas e apresentações, comemoramos e mostramos quem somos. Cada dança, cada música, é um pedaço da nossa história que a gente compartilha com o mundo."

Um exemplo significativo é o festival anual realizado na comunidade, que inclui apresentações do grupo de caxambu "Fé, Raça em um Só Coração". Essas celebrações atraem visitantes e ajudam a gerar renda para os moradores, além de fortalecer o orgulho cultural entre os jovens. Dona G. reflete sobre a importância do festival: "Quando a gente vê as pessoas dançando o Caxambu, aplaudindo, a gente sente que nossa história está sendo valorizada. É bonito ver os jovens se apresentando, sabendo que estão aprendendo e carregando adiante o que nossos antepassados nos deixaram."

Além dos eventos presenciais, o uso das mídias sociais tornou-se uma estratégia necessária para alcançar públicos mais amplos. Vídeos das danças e histórias sobre a comunidade são compartilhados online, aumentando a visibilidade da cultura quilombola e conectando a comunidade a outras iniciativas culturais no Brasil. O senhor D. confirma a importância dessas ferramentas modernas: "No começo, achei estranho colocar nossas danças na internet, mas vi que era uma forma de mostrar para mais pessoas o que fazemos aqui. A tecnologia pode ser nossa aliada, desde que seja usado com respeito à nossa história."

Outra ação que tem ganhado destaque é o envolvimento da comunidade em projetos educacionais e culturais, como o Literalta (Festa Literária de Vargem Alta), que levam a história e as tradições de Pedra Branca para escolas e eventos em outras localidades. Dona A. com sua experiência como matriarca, vê isso como uma forma de perpetuar a herança cultural: "É muito importante que as crianças aprendam não só a dançar, mas entendam o que o caxambu significa. Quando levamos nossa cultura para outros lugares, garantimos que ela não seja esquecida."

O grupo de caxambu desempenha um papel crucial nessa divulgação, utilizando suas apresentações como meio de promoção da cultura quilombola em eventos regionais e nacionais. A senhora M. ressalta a força do grupo como embaixador da comunidade: "Cada vez que dançamos, estamos levando a nossa

história para além das montanhas. É um jeito de dizer que existe, que nossa cultura é rica e merece ser valorizada. Isso tem trazido muito orgulho para todos nós."

Dessa forma, a comunidade tem encontrado maneiras inovadoras e eficazes de preservar e divulgar sua cultura, combinando tradições ancestrais com as possibilidades oferecidas pela modernidade. Seja por meio de eventos ou pelo uso de mídias digitais, a comunidade continua a construir pontes entre o passado e o futuro, garantindo que suas raízes sejam conhecidas e celebradas, tanto dentro quanto fora de seus limites geográficos.

3.4. Reflexões sobre a importância da visibilidade e valorização da comunidade

A busca pela visibilidade e valorização da comunidade vai além do reconhecimento territorial ou preservação da cultura; trata-se de reafirmar a identidade e garantir a dignidade de um povo com uma história marcada pela resistência. A reflexão sobre essa luta evidencia o impacto que o reconhecimento cultural e social pode ter na autoestima coletiva e na construção de um futuro mais justo para todos os membros da comunidade.

A visibilidade conquistada, mesmo que de forma gradual, trouxe mudanças significativas para os moradores. Dona D. compartilha sua perspectiva sobre essa transformação: "Antes, a gente era visto como um povo esquecido, sem história. Quando começamos a luta por nossa visibilidade, foi como se estivéssemos dizendo ao mundo: 'Nós existimos, temos raízes, e elas são profundas.' Hoje, com as pessoas conhecendo nossa cultura, sinto que estamos conquistando o respeito que sempre merecemos."

A valorização cultural também fortaleceu o sentimento de pertencimento, especialmente entre os mais jovens. Dona G. destaca como a visibilidade impacta a juventude da comunidade: "Quando os jovens veem nossa história sendo contada, eles começam a se orgulhar de quem são. Isso é importante porque o mundo, muitas vezes, tenta fazer com que a gente se sinta pequeno, como se não tivéssemos valor, mas nossa história é grande, e precisamos continuar mostrando isso."

A conquista da visibilidade, no entanto, exige um esforço contínuo. A necessidade de manter a luta viva é ressaltada pelo senhor D. que reflete sobre os desafios enfrentados: "Ganhar reconhecimento foi importante, mas isso é só uma parte do caminho. O respeito ainda é algo que precisamos exigir todos os dias. Quando mostramos nossa cultura, nossas danças, e falamos sobre nossas terras,

estamos dizendo: 'Olhem para nós, somos parte da história deste país.' É assim que seguimos firmes."

Para dona A., a valorização da comunidade está diretamente ligada ao resgate da memória e à preservação das tradições: "A nossa história não é só nossa; é a história do Brasil. Quando valorizamos nossa comunidade estamos respeitando os nossos antepassados. É por isso que a visibilidade é importante, porque não queremos que ninguém esqueça o que conhecemos e o que construímos."

As manifestações culturais desempenham um papel importante nesse processo de valorização. A senhora M. observa como a música e a dança do caxambu se tornaram símbolos dessa luta: "Cada vez que subimos ao palco ou nos reunimos na roda de caxambu, estamos dizendo ao mundo que nossa cultura tem valor. A visibilidade não é só para os outros; é também para nós mesmos, para nos lembrarmos de quem somos e do quanto podemos nos orgulhar disso."

Ao falar sobre a importância da visibilidade e valorização, o grupo Fé, Raça em um Só Coração sintetiza o impacto dessa luta para a comunidade: "A visibilidade é como uma luz que ilumina nossa história. Ela nos dá força para continuar lutando e nos ajuda a mostrar ao mundo o quanto somos ricos em cultura e em história. É por isso que a valorização não é só um objetivo."

Dessa forma, a visibilidade e a valorização da comunidade quilombola transcendem o reconhecimento jurídico e cultural, tornando-se ferramentas fundamentais para fortalecer identidades, construir pontes com outras realidades e reivindicar o respeito e a dignidade de que essa comunidade sempre foi merecedora.

Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar a luta pela identidade e pela preservação territorial das comunidades quilombolas no Brasil, com foco na comunidade de Pedra Branca, no município de Vargem Alta, Espírito Santo. Através da abordagem de questões históricas, sociais e políticas, foi possível compreender a importância do território como elemento central na preservação da cultura quilombola e na afirmação da identidade afro-brasileira. A luta pelo reconhecimento territorial e cultural é, portanto, uma continuidade da resistência histórica do povo negro, que sempre buscou, por meio de diferentes formas, a liberdade e a autonomia, desde os tempos de escravidão até os desafios enfrentados nas contemporaneidades.

A partir de uma análise das dinâmicas de autoidentificação e do processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, foi possível perceber que a memória coletiva e as práticas culturais desempenham um papel essencial na manutenção dessas comunidades. O território, mais do que um espaço físico, é visto como um símbolo de resistência e um instrumento de fortalecimento cultural e social. Além disso, as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas no Brasil, como os obstáculos no processo de regularização fundiária e a pressão pela exploração de suas terras, revelam a continuidade de uma luta pela justiça e igualdade que atravessa séculos.

No contexto da luta quilombola, é importante destacar a legislação brasileira que garante os direitos territoriais dessas comunidades. A Constituição de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, colocou um marco importante para garantir a titulação das terras das comunidades quilombolas, registrando o direito à terra como uma reposição histórica pela escravidão. A Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, também foi um avanço significativo na promoção da identidade negra no Brasil. Além disso, o Decreto 4.887/2003, regulamentando o reconhecimento das terras quilombolas, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante direitos territoriais aos povos indígenas e tribais, são importantes instrumentos legais que reforçam o direito das comunidades quilombolas à terra e à preservação de sua cultura.

As entrevistas realizadas com os membros da comunidade de Pedra Branca revelaram uma realidade de resistência cotidiana e uma profunda conexão com suas raízes históricas e culturais. A luta pela terra em Pedra Branca está intimamente ligada ao desejo de garantir a continuidade das práticas culturais, como as festas, os cultos e a religiosidade, elementos que fortalecem a identidade quilombola. As histórias compartilhadas pelos entrevistados enfatizaram a importância da terra não apenas como espaço de moradia e trabalho, mas como um símbolo de resistência à marginalização e à invisibilidade histórica. “A terra é tudo. Sem ela, nossa cultura não sobrevive”, afirma membros da comunidade, reforçando a centralidade da terra na construção da memória coletiva e na perpetuação das tradições.

As entrevistas também revelam que, apesar dos avanços legais, o processo de reconhecimento e regularização fundiária continua sendo um grande desafio para a comunidade de Pedra Branca, como para muitas outras comunidades quilombolas. A

burocracia, a lentidão dos processos e a disputa por terras são obstáculos significativos para a efetivação dos direitos territoriais. No entanto, a mobilização da comunidade, juntamente com o apoio de movimentos sociais e organizações não governamentais, continua a ser essencial para pressionar o Estado a cumprir os direitos garantidos pela legislação, especialmente o direito à terra e à preservação cultural.

A história da comunidade de Pedra Branca ilustra essa realidade, sendo um exemplo de resistência contra a marginalização e pela afirmação da identidade e do direito à terra. A luta pela titulação das terras, nos termos da Constituição de 1988 e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é um marco importante que simboliza o reconhecimento do Estado brasileiro da dívida histórica com as comunidades quilombolas. No entanto, esse processo ainda enfrenta muitos desafios, como a morosidade burocrática e a pressão por disputas territoriais, exigindo uma mobilização constante e envolvimento das próprias comunidades e do Estado.

Além disso, como aponta Oliveira (2011), a vivência quilombola está intimamente ligada ao enfrentamento de desafios contemporâneos, como a pressão pela exploração das terras e a erosão de suas tradições culturais. A luta pelo reconhecimento jurídico e a valorização das práticas culturais, como a dança do Caxambu, simboliza a força dessas comunidades em resistir aos processos de aculturação e negação de sua identidade. Segundo Silva (2012), a memória coletiva das comunidades quilombolas desempenha um papel crucial na construção de uma identidade de resistência, sendo a cultura um instrumento de reinvenção e fortalecimento frente às adversidades.

Nessa perspectiva, Almeida e Nascimento (2022), citando Moura (1993), afirmam que os quilombos, ao longo de sua história, destruíram o sistema escravista e o atingiram diretamente no seu núcleo, impactando as forças produtivas e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que exemplificava a possibilidade de uma organização composta por homens livres. Os quilombos, portanto, não se limitaram à escravidão, mas transcenderam esse contexto, permanecendo como espaços de memória, tradição e modos de produção que desafiam o modelo econômico dominante nas zonas rurais e urbanas do Brasil. Apesar de a organização dos quilombos contemporâneos ser diferente da do passado, no século XXI, o quilombo continua sendo um específico multifacetado, que varia conforme a

localidade, mas mantém-se fiel à sua essência de reconhecimento da identidade negra.

A preservação da cultura quilombola e sua organização estão diretamente ligadas ao uso do território. O direito legal à terra onde seus antepassados começaram a escrever sua história é essencial para essa manutenção. O território das comunidades quilombolas é usufruído de forma coletiva, ou seja, pode ser usado por toda uma família ou pelos membros da comunidade. O uso do território pelos quilombolas é distinto do uso dos fazendeiros, posseiros, colonos, dentre outros, por não apresentar o caráter da particularidade, do privado, do exclusivo, mas, sobretudo, por destinar-se à reprodução de seu modo de vida e não ao lucro ou acumulação de capital. As comunidades remanescentes de quilombo possuem uma relação com a terra que transcende a mera questão produtiva; é mais do que um bem econômico. A partir da terra se protegem relações sociais, econômicas, culturais e são transmitidos bens materiais e imateriais (Silva, 2020, apud Brasil, 1988).

Por fim, esta pesquisa reforça a importância da continuidade dos estudos sobre as lutas e resistências das comunidades quilombolas, especialmente em relação à questão da terra, identidade e preservação cultural. Além disso, destaca a urgência de ações efetivas que garantam o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades de Pedra Branca e de outros em todo o Brasil. A luta pela titulação de terras, pela valorização da memória histórica e pela promoção da igualdade social e cultural deve ser uma causa abraçada por toda a sociedade, para que as comunidades quilombolas possam viver com dignidade e respeito às suas tradições. O futuro dessas comunidades depende da implementação dessas ações, tornando a resistência cultural e territorial uma prioridade, e acompanhando as lutas de ontem e de hoje como parte fundamental da história do Brasil.

Referências

ALMEIDA, Márcia Regina Galvão de; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. **Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações.** 2022. SciELO. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/SNmc5Kn3BCRDkqHqCdd8KNh/#>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.** 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.** 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.. Acesso em: 25 nov. 2024.

GARCIA, Flávio Barroca e. **EM NOME DO NEGRO, DA TERRA E DO ESPÍRITO SANTO: ASPECTOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E POLÍTICOS DO RECONHECIMENTO DAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO SAPÊ DO NORTE-ES.** 2007. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_FL%C3%81VIO_BARROCA_GARCIA.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

INCRA. **Regularização de TERRITÓRIO QUILOMBOLA.** 2017. PERGUNTAS & RESPOSTAS. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

LEITE, Ilka Boaventura. **OS QUILOMBOS NO BRASIL: QUESTÕES CONCEITUAIS E NORMATIVAS.** 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

LIMA, Marcia Susana Gonçalves. **A HISTÓRIA DO QUILOMBO DOS PALMARES NA POLÍTICA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES.** 2008. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/8083/1/A%20hist%C3%B3ria%20do%20Quilombo%20dos%20Palmares%20na%20pol%C3%ADtica%20curricular%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Uni%C3%A3o%20dos%20Palmares.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

MIRANDA, Cynthia Lopes Pessoa de. **Povos Indígenas e Quilombolas no Espírito Santo.** 2023. Disponível em:

[https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Caderno_DRS-10_\(3\).pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Caderno_DRS-10_(3).pdf). Acesso em: 18 set. 2024.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361344013_Comunidades_quilombolas_no_estado_do_Espirito_Santo_conflitos_sociais_consciencia_etnica_e_patrimonio_cultural. Acesso em: 19 set. 2024.

SAMPAIO, Michele de Oliveira. **OLHARES SOBRE CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PEDRA BRANCA: O ENSINAR E O APRENDER HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA**. 2019. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_13532_OLHARES%20SOBRE%20CURR%C3%94CULO%20E%20PR%C3%94TICAS%20PEDAG%C3%94GICAS%20NA%20ESCOLA%20DA%20. Acesso em: 08 out. 2024.

SANTOS, Denise Tatiane Girardon dos; KEITEL, Ângela Simone Pires; ROCHA, Maria Luiza Vargas. **OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS COMO ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE: UM ESTUDO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JÚLIO BORGES - RS**. 2022. Revista de Estudos Empíricos em Direito. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/download/725/424/4339>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. **QUILOMBOS BRASILEIROS: ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL**. 2014. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/4120/2352>. Acesso em: 16 set. 2024.

SILVA, Jucilene Belo de Oliveira. **A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PARA AS COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS**. 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA137_ID161521102021115847.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Joseane Maia Santos. **COMUNIDADES QUILOMBOLAS, SUAS LUTAS, SONHOS E UTOPIAS**. 2009. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/artigo-cqlutassu.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, Simone Rezende da. **QUILOMBOS NO BRASIL: A MEMÓRIA COMO FORMA DE REINVENÇÃO DA IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NEGRA**. 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

SOUZA, João Batista Alves de. **As trajetórias e resistências das comunidades quilombolas do Pantanal Sul-Mato-grossense**. 2019. Disponível em: <https://totalbooks.com.br/wp-content/uploads/2022/02/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS.pdf#page=14&zoom=100,109,236>. Acesso em: 15 set. 2024.

TRINDADE, Tiago Cantalice da Silva; SILVA, Geysa Victória Costa. **CONTEXTO HISTÓRICO E PRINCIPAIS ATOS NORMATIVOS**. 2022. CARTILHA. Disponível em:

https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2023/01/Anexo_5828340_cartilha_comunidades_tradicionais_conte_xto_historico.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

VADALA, Walter. **ZUMBI DOS PALMARES Por uma educação antirracista**. 2020. Disponível em: https://monstrodosmares.com.br/wp-content/uploads/2020/11/zumbi-dos-palmares_walter-vadala_WEB.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.